

A votação pode ficar para dia 9

Líderes governistas admitem a possibilidade de um adiamento das definições para depois da volta de Sarney da viagem aos EUA.

A definição do mandato de Sarney e a questão da anistia e reintegração de militares punidos poderão ser votadas na Assembléia Constituinte somente a partir do dia 9 de junho. Esta possibilidade está sendo admitida por líderes governistas, diante de duas hipóteses: manobras obstrucionistas do PDS, do PT e da esquerda do PMDB, durante toda a semana, e a necessidade de Ulysses Guimarães assumir a Presidência da República, de 5 a 9 de junho, durante a viagem de Sarney aos Estados Unidos.

Ocorrendo a obstrução e evidenciada a impossibilidade de definir o mandato do presidente Sarney e de decidir a questão da anistia nesta semana, as lideranças governistas já combinaram: o plenário será esvaziado e só haverá quórum depois do retorno de Sarney de Nova York — ele falará, na ONU, sobre desarmamento — e da volta de Ulysses à presidência da Assembléia Constituinte.

Além do risco de enfrentar a obstrução da esquerda do PMDB, do PT e do PDT, as lideranças governistas estão ainda preocupadas com outro problema: o título referente aos índios, até agora sem acordo para votar. O que está retardando a votação da matéria, segundo os líderes do Centrão, são as "orientações" que o Cimi — Conselho Indigenista Missionário —, o PT e PCs estão dando aos chefes indígenas para que não aceitem as propostas dos negociadores governistas. Com a definição do título amanhã, como espera Ulysses, na quarta-feira seria

Sustentação: as contas do Planalto.

O Palácio do Planalto estima em 250. O líder do PFL na Câmara, José Lourenço chega a 260 ou 270 votos, quando faz os cálculos para dimensionar a base parlamentar que o presidente Sarney terá no Congresso Nacional depois de promulgada a Constituinte. Lourenço defende que essa nova base de sustentação terá seguramente 110 votos do PFL aos quais ele ainda soma 130 do PMDB e distribui o restante dos votos entre parlamentares de outros partidos, como PTB e PDS.

A votação do mandato de Sarney certamente funcionará como uma projeção do que será essa base de apoio. Mas o Planalto sabe, segundo assessores presidenciais, que a sustentação parlamentar de Sarney não estará na mesma proporção dos votos dados

iniciada a votação do capítulo das Disposições Transitórias.

Nas Disposições Transitórias há prioridade para o texto básico do Centrão, que, porém, não trata do mandato, que é matéria específica da emenda Matheus Iensen. Esta emenda terá preferência porque é coletiva. Os defensores dos quatro anos para Sarney, contudo, vão criar muita discussão no plenário, na tentativa de votar, antes da emenda Iensen, dispositivo aprovado pela Comissão de Sistematização, que dá quatro anos ao atual presidente. Será uma batalha regimental.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, está de plantão em Brasília. Hoje pela manhã reúne-se com seus assessores, vice-líderes e coordenadores das bancadas regionais, para intensificar a mobilização da bancada partidária. Também os líderes do governo, Carlos Sant'Anna e Saldanha Derzi, estão convocando deputados e senadores do PMDB para estarem em Brasília a partir das 14 horas de amanhã. Lourenço acredita ser possível colocar no plenário, já na quarta-feira, pelo menos 540 constituintes — "o que nos dará a garantia de 310 a 320 votos a favor da emenda Iensen, de eleições presidenciais a 15 de novembro de 1989, assegurando cinco anos para Sarney" — disse ele.

Dois constituintes do PFL, em tratamento de saúde, prometeram ao líder estar em Brasília para votar pelo mandato de cinco anos "nem que seja de maca" — Pedro Ceolin (ES) e Jessé Freire Jr. (RN).

aos cinco anos. Esses assessores esperam um total de 330 votos. Mas, no momento, consideram que são 250 os que votam porque fecham totalmente com Sarney.

Na Aliança Democrática a base de apoio do presidente se dividia entre PMDB e PFL. Agora, ela passa pela coordenação dos governadores, pela força que eles têm junto às bancadas e pela comunhão de seus interesses com o Planalto. Ou seja, pela compatibilização dos projetos políticos dos governadores com os programas de Sarney.

Uma coisa, contudo, será fundamental para arrumar essa base parlamentar de Sarney, de acordo com a avaliação — e exigência — de José Lourenço: a reforma ministerial, que deve preceder a votação do mandato de cinco anos.



Ulysses também na Presidência da República

Um esquema para votar o mandato de Sarney

Freitas Nobre

A reunião promovida anteontem pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em sua residência em Brasília, obteve alguns resultados na fixação de acordos preliminares visando a votação das Disposições Transitórias com 63 artigos, que oscilam da ampliação da anistia aos militares até o mandato do presidente Sarney.

Esse encontro de trabalho com o relator Bernardo Cabral e seus companheiros de relatoria, deputado Adolfo de Oliveira e senador José Fogaça, contou, também, com a presença do líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, e não ficou limitado ao restante do texto a ser votado no primeiro turno. A matéria polêmica e considerada de urgência pela liderança do governo — a do mandato do atual presidente — foi assunto obrigatório. Isso porque, embora o presidente Sarney venha declarando que vai à Assembléia da ONU mesmo sem o resultado dessa votação, a realidade é outra. Com essa declaração aparentemente displicente, o presidente desarmou a articulação maior das oposições que visava obstruir a votação desse dispositivo. De outra parte, também deixou, com essa afirmação, a impressão de sua tranquilidade quanto ao resultado do período administrativo para seu próprio governo.

Ulysses Guimarães admitiu que a votação do dispositivo relativo ao período de mandato poderá perfeitamente ser efetivada amanhã ou depois, porém reconheceu que o restante dos dispositivos pode levar mais de uma semana para sua aprovação.

E, por isso mesmo, já avisou aos seus substitutos na Mesa da Constituinte — Mauro Benevides e Jorge Arbage — da sua provável ausência, em razão de ter que assumir a Presidência da República com a viagem do presidente Sarney à Nova York.

Numa amostragem que preparamos ouvindo, sem preocupação

de método, expressivos integrantes das várias bancadas, nos fixamos no número 318 para os constituintes que deverão votar o mandato presidencial de cinco anos para Sarney, não devendo as abstenções passarem de três. Estas seriam pelos quatro anos, mas têm dificuldades de mudar de posição face às declarações públicas que já formularam em favor da tese das oposições.

Os cálculos do governo, no entanto, são mais amplos. E, se as informações computadas pelo dr. Hargreaves, na Casa Civil do presidente, baterem com os compromissos, condicionados ou não, o presidente Sarney terá 324 votos.

Ainda com referência às Disposições Transitórias, a reunião na casa do presidente Ulysses Guimarães concluiu pela prejudicialidade de várias das 550 emendas apresentadas a esse segmento do texto do projeto. Organizadas em blocos, essas emendas poderão sofrer um tratamento didático, simplificando a votação em grupos de propostas substitutivas, aditivas ou supressivas.

Parlamentares oposicionistas, no entanto, estão preparando o início da discussão com a preliminar regimental, pois que as "Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias" não se enquadram na especificação do Regimento Interno da Constituinte, que disciplina a matéria distinguindo-a, apenas, em Títulos e Capítulos.

Todavia, mesmo essa dúvida regimental já tem resposta preparada, a fim de que a mesa diretora responda a qualquer interpelação ou questão de ordem levantada em plenário.

Sarney está, por isso, tranquilo e, se não o está de todo, precisa fingir, para que a oposição seja desestimulada a obstruir a votação do artigo desse texto que prevê o fim do mandato do atual presidente a 15 de março do próximo ano.